Cláudia Maria da Silva Romão (c).
 Sónia Maria da Silva Candeias Silva Caetano (c).
 Olga Maria d'Almeida Figueiredo Moreira (c).
 Fernando Simão Vieira Rego (c).
 Fátima Maria dos Santos Leal (c).
 Maria Filomena Loureiro dos Santos Dias (c).
 Maria de Lurdes Pereira da Silva Abreu (c).
 Manuel Oliveira Barbosa (c).
 Maria Jorge Ferreira Van Kricken Mota da Silva (c).
 Luísa de Jesus Pereira Santos Borges (c).
 Laurinda Graciete Sousa Horta Gonçalves (c).
 João Manuel Lopes Couto de Abreu (c).
 Élia Maria Assis Lopes dos Santos (c).
 Sandra Isabel Cortinhas Machado (c).
 Joaquim Araújo de Sousa (c).
 Zulmira da Silva (c).
 Paula Margarida Fernandes Peixoto (c).
 Maria Helena Silva Azevedo Maia (d).
 Maria da Graça Varelas Soares Crespo (c).
 Cândida Alexandra Pereira (c).
 Maria Aurora Silva Xavier (c).
 Pedro Manuel Gonçalves Coelho da Silva (c).
 Cristina Maria Barbosa Garrido (c).
 Lídia de Sousa Barreiro (c).
 Paulo Jorge de Abreu Guedes da Silva (c).
 Maria Cristina Freitas Roque Fernandes (c).
 Maria Fernanda Correia de Matos (c).

(a) Critério de desempate nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

(b) Por ter classificação inferior a 9,5 valores (artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98).

(c) Por não ter comparecido à entrevista profissional de selecção, apesar de regularmente convocado.

(d) Por ter desistido.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente do Júri, *Alexandra Duarte*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Despacho n.º 2101/2006 (2.ª série). — Presto público louvor à Dr.ª Teresa Maria Ribeiro do Rosário, no momento em que cessa funções, a seu pedido, do lugar de administradora da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, pela competência técnica, extrema dedicação e zelo com que sempre exerceu as referidas funções, revelando um intenso sentido de serviço público e inestimáveis qualidades pessoais.

9 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Carlos Lage*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho n.º 2102/2006 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para exercer funções de secretariado a técnica profissional especialista principal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Indústria Elsa Mesquita da Silva Pereira Vieira, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006, inclusive.

16 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Despacho n.º 2103/2006 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para exercer funções de secretariado a assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Economia Ilda Maria Melo Duarte Silva Fernandes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, inclusive.

16 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2104/2006 (2.ª série). — O despacho n.º 2949/2005, de 26 de Janeiro, estabelece a realização pelas organizações de produtores pecuários (OPP) de medidas no âmbito do plano de vigilância da febre catarral ovina, habitualmente designada por língua azul.

Entre aquelas medidas, contam-se a vacinação dos animais contra a doença, a realização de exame clínico aos animais a transportar e a emissão dos respectivos certificados, emissão de documentos de acompanhamento, acções de desinsectização de animais e locais, selagem de veículos, marcação dos animais e colheitas de sangue.

A execução destas medidas, não previstas nos protocolos referentes às acções de profilaxia médica e sanitária incluídas no Plano Nacional de Saúde Animal, enquadra-se no n.º 3 do n.º 4.º da Portaria n.º 122/2003, de 5 de Fevereiro.

A evolução da doença veio, entretanto, demonstrar a necessidade de proceder à vacinação de bovinos contra a língua azul e respectiva marcação, pelo que importa prever os valores a atribuir àquela acção, bem como actualizar os valores estabelecidos no despacho n.º 2949/2005, de 26 de Janeiro, para pagamento das acções realizadas pela OPP.

Atendendo à extensão das alterações, entendeu-se revogar o despacho n.º 2949/2005, de 26 de Janeiro, substituindo-o pelo presente.

Assim sendo, determino:

1 — A realização de exame clínico aos animais a transportar e a emissão dos respectivos certificados, a emissão de documentos de acompanhamento, as acções de desinsectização dos animais e locais, a selagem de veículos e a marcação dos animais são desenvolvidas pelas organizações de produtores pecuários (OPP), em articulação com a Direcção-Geral de Veterinária (DGV) e a direcção regional de agricultura competente em matéria territorial, sendo o respectivo custo suportado pelos criadores.

2 — As OPP procedem igualmente à colheita de sangue e à vacinação dos animais que a DGV determinar em face da evolução da doença, sendo-lhe pagas, por tais serviços, as seguintes quantias:

2.1 — Ovinos e caprinos:

2.1.1 — Vacinação — € 0,28 por inoculação, acrescido de € 30 por deslocação ao efectivo;

2.1.2 — Colheita de sangue — € 0,62 por cada animal;

2.2 — Bovinos:

2.2.1 — Vacinação — € 2,10 por inoculação;

2.2.2 — Colheita de sangue — € 1,62 por cada bovino.

3 — O Estado suporta o custo da vacinação e da vacina, bem como das colheitas de sangue e de análises efectuadas no âmbito do programa de vigilância, de acordo com o n.º 2 da alínea A do anexo II da Decisão da Comissão n.º 2005/393/CE, de 23 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Decisão n.º 2005/434/CE, de 9 de Junho.

16 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Aviso n.º 969/2006 (2.ª série). — Em consequência da aplicação de penas de aposentação compulsiva, ocorreram no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, aprovado pela Portaria n.º 537/99, de 23 de Julho, vagas nas seguintes categorias:

Cozinheiro principal, da carreira de cozinheiro — um lugar em 30 de Setembro de 2005;

Assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo — um lugar em 17 de Dezembro de 2005.

12 de Janeiro de 2006. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Aviso n.º 970/2006 (2.ª série). — Torna-se público que, por decisão do júri das provas de habilitação para o exercício de funções de coordenação científica requeridas pelo investigador auxiliar Dr. José Eduardo Jorge Eiras Dias, homologada por despacho de

30 de Dezembro de 2005 do presidente do INIAP, e após verificação da qualidade científica do trabalho e da inserção do mesmo na área científica de Viticultura e Enologia, foi o candidato admitido às referidas provas.

10 de Janeiro de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, em regime de substituição, *Teresa Gonçalves*.

Instituto da Vinha e do Vinho

Aviso n.º 971/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de Maio, torna-se público que, no ano de 2006, os valores da taxa de certificação a cobrar no acto de certificação pela Comissão Vitivinícola da Bairrada são os constantes do quadro seguinte:

Recipientes/capacidade	Em euros	
	VQPRD	VEQPRD
Igual ou inferior a 0,25 l	0,0062/unidade.	
Superior a 0,25 l e igual ou inferior a 0,5 l	0,0145/unidade.	
Superior a 0,5 l e igual ou inferior a 1 l	0,0289/unidade.	0,0289/unidade.
Superior a 1 l e inferior a 2 l	0,0429/unidade.	0,0429/unidade.
Igual ou superior a 2 l	0,0578/litro (ou fracção).	0,0578/litro (ou fracção).

VQPRD e VEQPRD: Bairrada.

5 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Manuel Pombal*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Despacho n.º 2105/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes e de assinatura.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e da subdelegação de poderes e de assinatura do vogal do conselho directivo, Viriato Augusto Baptista, constante do despacho n.º 1131/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 18 de Janeiro de 2005, subdelego na chefe de secção Elizabete da Silva Abreu Rodrigues os seguintes poderes:

1 — Assinar as declarações requeridas pelos titulares de pensões por morte.

2 — Autorizar todas as diligências de natureza administrativa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 133/88, de 20 de Abril, destinadas a obter a recuperação dos valores em dívida, referentes a pensões indevidamente recebidas.

3 — Assinar a correspondência de natureza corrente dirigida aos requerentes de prestações por morte, aos titulares de pensões por morte ou outras entidades destinada à instrução dos respectivos processos.

4 — Revogo os poderes delegados nesta matéria na chefe de secção Luísa Pinto Nunes, pelo despacho n.º 4773/2005, de 15 de Dezembro de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 7 de Março de 2005.

11 de Janeiro de 2006. — O Director de Serviços, *António Amaro Rodrigues*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga

Despacho n.º 2106/2006 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 16 de Novembro de 2005, proferido por delegação:

Maria da Conceição Marques Mendes Lopes de Araújo, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, afecta ao Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga — nomeada definitivamente, após realização de estágio, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, ao abrigo do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do cargo anterior a partir da data de aceitação da nomeação no novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Maria do Carmo Antunes da Silva*.

Despacho n.º 2107/2006 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 20 de Dezembro de 2005, proferido por delegação:

Natércia Maria Mosca Teixeira, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, afecta ao Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga — nomeada definitivamente, após realização de estágio, técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, ao abrigo do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do cargo anterior a partir da data de aceitação da nomeação no novo lugar.

Rosa Liliana Pereira Capela, assistente administrativa do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, afecta ao Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga — nomeada definitivamente, após realização de estágio, técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, ao abrigo do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do cargo anterior a partir da data de aceitação da nomeação no novo lugar.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Maria do Carmo Antunes da Silva*.

Despacho n.º 2108/2006 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 23 de Dezembro de 2005, proferido por delegação:

Maria Filomena Marques Pinto Ferreira Gonçalves Salazar Oliveira, assistente administrativa do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, afecta ao Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga — nomeada definitivamente, após realização de estágio, técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, ao abrigo do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do cargo anterior a partir da data de aceitação da nomeação no novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Maria do Carmo Antunes da Silva*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto

Aviso n.º 972/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 5 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março:

Laura Conceição Lopes Figueiredo, detentora da categoria de assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte — passou à situação de licença sem vencimento de longa duração desde 13 de Janeiro de 2006.

16 de Janeiro de 2006. — O Director Distrital-Adjunto, *José Afonso Lobão*.